



## Associação de Docentes do Colégio Pedro II Informativo Rápido

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2016



15 de outubro



*Parabéns a todos os Professores que se dedicam e lutam  
bravamente pela EDUCAÇÃO pública,  
gratuita, laica e de qualidade!*



## DEBATE SOBRE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO E A DÍVIDA PÚBLICA

Venha! Contamos com a sua presença!

É importante saber as reais razões pelas quais a EDUCAÇÃO e seus TRABALHADORES  
estão sendo tão atingidos!

# Fórum de Entidades do CPII convida

## FALTAM RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO E A SAÚDE?

### DEBATE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Com **Paulo Roberto Lindesay**

Coordenador da Auditoria Cidadã RJ

Dia: **20 de outubro de 2016**

Horário: **18h30min**

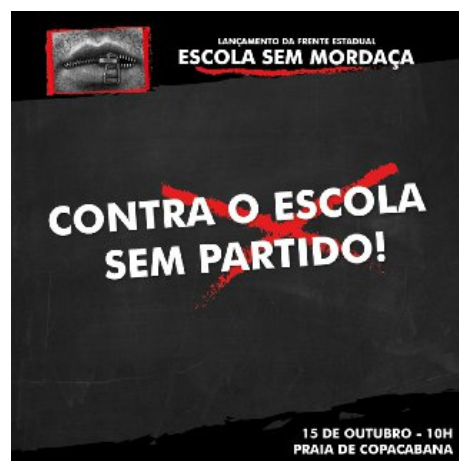
Local: **Campus Tijuca II – 4º andar**  
Rua São Francisco Xavier, 204/208



Alunos, responsáveis e servidores:  
juntos somos mais fortes!



**ATO DE LANÇAMENTO DA FRENTE ESTADUAL ESCOLA SEM**



Diante do avanço do autoritarismo e retrocessos sociais no Brasil e em nosso estado, as entidades e movimentos sociais que compõem a Frente Estadual Escola Sem Mordação convocam a todos a participarem do nosso ato de lançamento no dia **15 de outubro**, sábado, na Praia de Copacabana.

A concentração começa às **10hs da manhã** em frente ao Copacabana Palace!

**Dia do professor é dia de luta!**

**A resistência se faz nas ruas!**

**Nenhum direito a menos!**

## **ATO CONTRA A PEC 241**

**Dia 17/10/2016 – CINELÂNDIA – das 17h às 22h**

**NOS ENCONTRAMOS LÁ!**

**LEIA O EXCELENTE TEXTO DE GUILHERME BOULOS,**

PUBLICADO NA FOLHA DE SÃO PAULO em 13/10/2016

**PEC 241: VOLTA À SENZALA, ENTERRO DA DEMOCRACIA**

Não se viu nada igual nos últimos 30 anos. A PEC 241 é o mais ousado ataque ao povo brasileiro desde a ditadura militar, violando a Constituição de 1988 precisamente naquilo em que ela pôde ser chamada de “cidadã”. É uma verdadeira “desconstituente”, uma ode à desigualdade social.

Aprovada em primeiro turno na Câmara e festejada com brindes de champanhe no jantar do Alvorada, a PEC determina o congelamento dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos, até 2036.

Os efeitos disso para os serviços públicos e os salários dos trabalhadores serão fatais. Estimativa dos gastos em saúde e educação nos últimos dez anos, caso a PEC valesse desde 2006, é ilustrativa: o orçamento da saúde em 2016 foi de R\$102 bilhões; com a PEC seria de R\$65 bilhões. Na educação, ainda pior, o atual orçamento de R\$103 bilhões seria de R\$31 bilhões, um terço.

No caso dos salários, estudo realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) aponta que, se a PEC valesse desde 1998, o salário mínimo seria hoje de R\$400, menos da metade do seu valor de R\$880. Basta fazer os cálculos de como será daqui a 20 anos, período de vigência da lei proposta. A política de reajuste do salário mínimo, instrumento de distribuição de renda no último período, será sepultada.

O artigo 104 da PEC, apresentado como emenda, prevê expressamente o veto a aumentos salariais acima da inflação, além do congelamento do salário de servidores, em circunstâncias do não cumprimento do teto. Um verdadeiro descalabro.

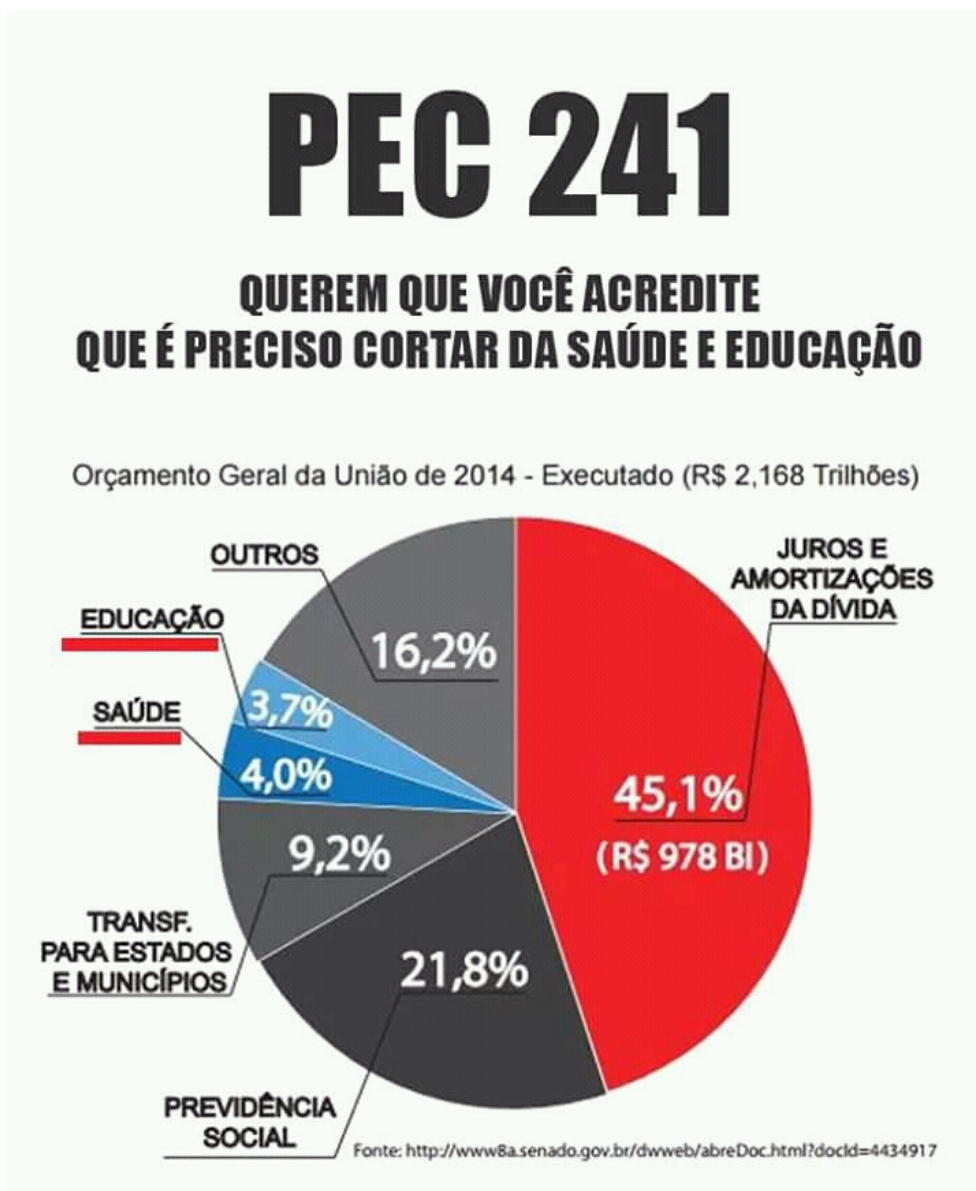
O argumento utilizado por Temer –repetido à exaustão na mídia por gente como Miriam Leitão, Carlos Alberto Sardenberg e outros do mesmo clube– é que é preciso conter a dívida pública, tratada como o grande problema nacional. A proporção da dívida em relação ao PIB, crescente no Brasil desde 2014, é hoje de 66,2%.

Nos Estados Unidos, esta proporção é de 104%, na União Européia de 90% e, mesmo na austera Alemanha alcança 71%, acima da brasileira. Nenhum desses países e regiões resolveu congelar investimentos por 20 anos. Não há notícia no mundo de uma medida draconiana desta natureza, ainda menos como cláusula constitucional.

Só num país totalmente capturado pelos bancos e rentistas uma medida como essa seria possível. A relação da PEC com os interesses da casa grande é bem simples de compreender. Vejamos.

É de se supor a retomada do crescimento econômico no país em algum momento durante os próximos 20 anos. Com o crescimento, aumenta a arrecadação. Mas, como o orçamento estará obrigatoriamente congelado pela PEC, esse aumento não poderá ser destinado a investimentos sociais. Para onde irá, então? Para a parte da despesa não afetada pelo teto: o pagamento de juros da dívida pública ao capital financeiro. Ou seja, toda receita pública resultante do crescimento da economia será apropriada para remunerar bancos e demais detentores dos títulos do Estado, com o argumento de redução da dívida pública.

O “Novo Regime Fiscal”, apelido da PEC, é na verdade um novo apartheid social. O abismo da concentração de renda vai se ampliar. Os trabalhadores que ousaram melhorar de vida e exigir o acesso a serviços públicos serão atirados de volta à senzala. Como disse sem pudores o deputado Nelson Markezelli (PTB-SP): “Quem não tem dinheiro, não faz universidade”. E emendou: “os meus filhos têm e vão fazer”.



Quer saber mais sobre a PEC 241?

Acesse: <https://www.facebook.com/brasil2036.org.br/>

<https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina/?fref=ts>